

**MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Rysian Lohse Monteiro (UENF)

rysiannonmonteiro@gmail.com

Luciana da Silva Almeida (UENF)

lucy.salmeida@gmail.com

Tatiane Almeida de Souza (UENF)

tatianealmeidauenf@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é traçar um panorama histórico sobre os métodos de alfabetização no Brasil. Até a década de 1960 temos a predominância dos métodos conhecidos como tradicionais, chamados de sintéticos e analíticos. Nessa época, foram criadas as cartilhas, amplamente utilizadas por muitos anos. Em meados da década de 1980 com a divulgação da teoria da Psicogênese da língua escrita, houve o questionamento da necessidade de se associar os sinais gráficos da escrita aos sons da fala para se aprender a escrever. Atualmente, em decorrência dos reiterados índices indicadores do fracasso da alfabetização no Brasil vivemos um período em que discute a necessidade da organização do trabalho docente e a sistematização do ensino para alfabetizar letrando, ao mesmo tempo em que surgem propostas de retomada do método fônico. Todas essas fases serão discutidas nesse trabalho, destacando a importância de se conhecer a história dos métodos de alfabetização, para que o professor possa identificar permanências e princípios norteadores que vão ajudá-lo a alfabetizar. Embasam teoricamente esse trabalho autores como Soares (2009); Kleiman (2005); Rojo (2009), entre outros.

Palavras-chave:

Formação de professores. História da alfabetização.

Métodos de alfabetização.

ABSTRACT

The aim of this paper is to draw a historical overview of literacy methods in Brazil. Until the 1960s we have the predominance of methods known as traditional, called synthetic and analytical. At that time, primers were recreated, widely used for many years. In the mid-1980s with the dissemination of the theory of Psychogenesis of written language, there was a question of the need to associate the graphic signs of writing with speech sound to learn to write. Currently, as a result of the repeated indexes that indicate the failure of literacy in Brazil, we are living a period in which we discuss the need for the organization of teaching work and the systematization of teaching to literacy while at the same time there are proposals to resume the phonic method. All these phases will be discussed in this paper, highlighting the importance of knowing the history of literacy methods, so that the teacher can identify permanences and guiding

principles that will help him to literacy. This work is theoretically based on authors such as Soares (2009); Kleiman (2005); Rojo (2009), among others.

Keywords:

Literacy history. Literacy methods. Teacher training

1. Introdução

De acordo com os autores do campo de estudos do letramento no Brasil, tais como, Kleiman (2005), Soares (1996, 2003), Rojo (2009) entre outros, e no exterior, tais como Street (2003, 2014), Barton (1998), Hamilton (2002), entre outros, a escola e a família, desempenham papel fundamental na vida das pessoas, por poderem evidenciar constantemente, para seus estudantes, práticas sociais da linguagem estabelecidas pela cultura escrita, que envolvam a leitura e a produção dos diferentes textos que circulam nas mais variadas esferas da sociedade.

Entretanto, constata-se que, apesar de todas as iniciativas governamentais e não governamentais para enfrentar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, o índice de analfabetismo ainda é desafiador.

Segundo especialistas da área de Educação, a carência teórica sobre a questão metodológica da alfabetização é um problema que começa no curso de graduação em Pedagogia, que ainda é pouco especializado em alfabetização. O impasse continua nas escolas de educação básica, onde os professores são acostumados a trabalhar com princípios de todos os métodos de alfabetização, mas não sabem de onde vem cada um deles, qual a sua importância, quais as suas limitações e em que momento cada princípio deve ser trabalhado.

Assim, este trabalho tem como finalidade traçar um panorama histórico sobre os métodos de alfabetização no Brasil.

2. Métodos de alfabetização: uma perspectiva histórica

Historicamente, existem dois grupos de métodos de alfabetização, ambos chamados de tradicionais. Um deles é o dos métodos sintéticos, cujas unidades linguísticas de análise são as letras, os fonemas ou as sílabas. Partindo prioritariamente de cada uma dessas unidades, espera-se que a criança aprenda que, juntando essas unidades, formam-se palavras, frases e textos. O segundo grupo, dos chamados métodos analíticos, sur-

giu como uma crítica aos métodos sintéticos, considerados mecanicistas, baseados na simples decodificação de palavras. Os defensores dos métodos analíticos acreditam que, para que uma pessoa seja alfabetizada, é necessário que ela compreenda o significado das palavras, das frases e dos textos, o que seria difícil em um estudo fragmentado. O trabalho com métodos analíticos é baseado, então, na interpretação textual e no significado que os textos trabalhados têm para vida dos alunos.

De acordo com Soares (2009), os problemas que envolvem os métodos de alfabetização no Brasil são históricos.

Esteve presente, em nosso país, ao longo da história dos métodos de alfabetização, pelo menos desde as décadas finais do século XIX, momento em que começa a consolidar-se um sistema público de ensino, trazendo a necessidade de implementação de um processo de escolarização que propiciasse às crianças o domínio da leitura e da escrita. (SOARES, 2009, p. 16)

Nos últimos trinta anos, a discussão sobre o ensino da língua materna tem compreendido o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita a partir de outros parâmetros, pautando-se nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1986), que apontam para uma educação construtivista, concebendo o sujeito como ativo, capaz de construir o conhecimento na interação com os objetos, a língua como uma construção social dos sujeitos e a alfabetização como uma construção conceitual, diferentemente do que era concebido pelos métodos tradicionais de ensino.

As ideias construtivistas foram introduzidas no Brasil a partir dos anos de 1980 do século XX, influenciadas pela Psicologia e pela Linguística, contribuindo para mudanças tanto teóricas como nas práticas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, Albuquerque, Ferreira e Morais (2006), afirmam que as mudanças foram em relação aos conteúdos (de natureza didática), e também relativas à organização do trabalho pedagógico – os modos de organização dos alunos na sala de aula, emprego do tempo, as formas de avaliação, etc.

Porém, essas concepções não garantiram mudanças significativas na aprendizagem das crianças da escola pública, visto que o Brasil chegou ao início do século XXI com baixos níveis de desempenho dos alunos das redes públicas, divulgados pelos sistemas de avaliação externas (PISA, SAEB, entre outros).

Nesse contexto, alguns defensores do ensino tradicional passaram

a atrelar o fracasso do ensino brasileiro às práticas construtivistas de ensino e a propor o retorno aos métodos tradicionais de ensino, em especial o método fônico, como se o método fônico fosse o “grande milagre” da alfabetização.

Coutinho-Monnier (2009), aponta que a defesa do método fônico no Brasil poderia estar relacionada ao retorno de “La méthode syllabique” na França (traduzido para o português como método fônico, fonético e mesmo fonológico). Segundo a pesquisadora, os defensores do método fônico poderiam estar se utilizando erroneamente da expressão utilizada nos documentos oficiais franceses para divulgar a eficácia desse método no Brasil.

Diante desse cenário, o método fônico passa a ser retornado através de antigas propostas de ensino e implantado em alguns municípios brasileiros, por meio de programas como o “Alfa e Beto”.

A retomada dos métodos, no contexto brasileiro, torna-se motivo de discussões por estudiosos da alfabetização. Assim, no âmbito das políticas públicas de alfabetização, é lançado em 2013 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, com uma concepção oposta ao Programa Alfa e Beto.

O PNAIC conta com uma estrutura de formação continuada dos professores alfabetizadores de todo o território nacional, com entrega de materiais didáticos, avaliações sistemáticas de gestão, controle social e mobilização, com a intenção de constituir-se em uma luta para garantir o direito à alfabetização plena às crianças do 1º ao 3º ano (6 a 8 anos) do ensino fundamental.

2.1. Alfabetizar letrando

De acordo com Soares (2009), o uso do termo letramento, surgiu no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas, na década de 1980.

Soares (2009) foi uma das precursoras dos estudos do letramento no Brasil e explica que foi em meados dos anos 80 que se dá o aparecimento do termo no país, ao mesmo tempo que *illettrisme* na França, *literacy* nos Estados Unidos e Inglaterra e *literacia* em Portugal, para se distinguir este fenômeno da alfabetização. Essa distinção se mostrava necessária, principalmente, em países desenvolvidos, pois a população, em

grande parte, já dominava o sistema de escrita, já estava alfabetizada, sendo necessário, então, caracterizar e avaliar o domínio de competências, incluindo leitura e escrita, em práticas sociais situadas.

Como evidenciamos, o termo letramento surgiu como uma tradução da palavra inglesa literacy e Soares (2009) esclarece a questão etimológica dessa palavra:

Etimologicamente, a palavra literacy vem do latim litera (letra), com sufixo – cy, que denota qualidade, condição, estado, dato de ser (...). No Webster's Dictionary, literacy tem a acepção de 'the condition of being literate', a condição de ser literate, e literate é definido como 'educated; especially able to read and write', educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja, literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está à ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. (SOARES, 2009, p. 17)

Nesse contexto, Soares (2009) também diz que fazer uso da tecnologia da escrita e da leitura e, além disso, utilizá-las em práticas sociais de leitura e escrita produz sérias consequências na vida de um indivíduo, como:

[...] altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômico; [...]. O 'estado' ou a 'condição' que o indivíduo ou o grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado literacy. (SOARES, p. 18)

Para Freire e Macedo (2011), é essencial que o sujeito adquira o domínio da língua escrita através de um processo de construção do conhecimento. Isso porque, tendo o domínio da escrita e da leitura, o sujeito tem nas mãos um dos instrumentos culturais favorecedores de possíveis intervenções em sua realidade e, conseqüentemente, de diferentes formas de exercitar sua cidadania.

[...] A alfabetização não pode ser reduzida ao mero lidar com as letras e palavras, como uma esfera puramente mecânica. Precisamos ir além dessa compreensão rígida da alfabetização e começar a encará-la como a relação entre educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos. (FREIRE; MACEDO, 2011, p. 12)

Assim, progressivamente, o termo letramento passou a designar o processo que permite os usos das habilidades ensinadas nas práticas sociais de leitura e escrita. Foi sistematizado por Soares (2003), como estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequên-

cia de ter se apropriado da língua escrita e de ter se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Porém, letramento não é apenas um fenômeno sociocultural, é, sobretudo, marcado por mudanças históricas, pois as transformações por que passa a sociedade vão criando novas demandas para os sujeitos que nela vivem. Com essas abordagens, o conceito de letramento que esteve associado ao domínio das habilidades de leitura e escrita aprendidas pelo indivíduo na escola, passou a alargar-se e ser concebido como um conjunto de práticas sociais.

De acordo com Kleiman (2005):

Podemos definir hoje letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos. [...] as práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma força de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (KLEIMAN, 2005, p. 18-19)

Dessa forma, compreendemos o termo letramento não como substituto, mas aliado ao conceito de alfabetização, objetivando articular o processo de aquisição da leitura e da escrita com o uso das práticas sociais que as envolvem, pois, não basta apenas ao sujeito saber ler e escrever. Antes, é imprescindível que ele saiba fazer uso do ler e do escrever, respondendo às exigências de leitura e escrita que a sociedade impõe.

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita (SOARES, 2004, p. 19).

Soares (2004), defende a necessidade de se buscar uma metodologia que dê um suporte à prática do professor, possibilitando uma sistematização de seu trabalho e a materialização desses dois pontos fundamentais, acompanhando e orientando o processo da aprendizagem da criança.

3. Considerações finais

Segundo Alexandroff (2013), mesmo que as táticas de alfabetização utilizadas pelas professoras deem certo, é importante que o educador tenha consciência da metodologia que utiliza para que saiba fazer a intervenção necessária quando as táticas usuais não funcionarem.

As concepções teóricas e metodológicas preconizadas pelos documentos oficiais só serão de fato incorporadas à Educação Básica se, de alguma forma, fizerem parte das políticas de formação de professores, não só a continuada, mas também a inicial.

As iniciativas governamentais podem contribuir para dar novos rumos à educação e à escola, mas elas não surtem efeito automaticamente. Isso quer dizer que a publicação e a eventual leitura dos documentos publicados pelas secretarias do MEC, assim como a adoção dos livros didáticos selecionados pelo PNLD, não são suficientes para que novas concepções de linguagem, ensino e aprendizagem sejam postas em prática nas salas de aula do ensino regular.

Nesse cenário, no percurso a ser trilhado para diminuir o descompasso entre o que é proposto e o que se faz na Educação Básica, uma questão crucial se impõe: as concepções teórico-metodológicas que inspiram as iniciativas do governo necessitam repercutir efetivamente na formação inicial e continuada para poderem repercutir na atuação dos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T. B. F.; MORAIS, A. G. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras?. In: *Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED*. Disponível em www.anped.org.br/28/textos/gt10/gt101128int.rtf, maio de 2006.

ALEXANDROFF, Marlene Coelho. Retomando o fio da meada: a história dos métodos de alfabetização no Brasil. In: *Plataforma do Letramento*. São Paulo, set. 2013.

BARTON, D. *Local literacies: reading and writing in one community*. London: Routledge, 1998.

COUTINHO-MONNIER, M. L. *Práticas de alfabetização com uso de diferentes manuais didáticos: o que fazem professores no Brasil e na*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

França? O que os alunos aprendem?. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FREIRE, P. MACEDO, D. *Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HAMILTON, M. Sustainable literacies and the ecology of lifelong learning. In: HARRISON, R.R.F.; HANSON, A.; CLARKE, J. (Orgs). *Supporting lifelong learning*. V. 1: Perspectives on learning. London: Routledge; open University Press, 2002.

KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

ROJO, Roxana. *Letramentos múltiplos: escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p. 89-113.

_____. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. In: *Revista Pátio*. Porto Alegre: Grupo A, n. 29, p. 19-22, 2004.

_____. *Alfabetização e Letramento*. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STREET, B. What's new in the new literacies studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. In: *Current issues in Comparative Education*, Teachers College, Columbia University, ALL RIGHTS RESERVED Currents/Issues in Comparative Education, V. 5(2). Maio de 2003.

_____. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Brian V. Street; trad. de Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014. 240p.